



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE NEÓPOLIS

CONTRATO Nº 20/2023

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A CÂMARA MUNICIPAL DE NEÓPOLIS, E DO OUTRO, A EMPRESA BRUNELLA DE MENEZES SANTANA LTDA, "ICDAP – INSTITUTO DE CAP. E DESENV.DE AGENTES PÚBLICOS", CNPJ SOB Nº 40.560.279/0001-82, DECORRENTE DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2023.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NEÓPOLIS, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob nº 32.825.457/0001-21, situada à Praça Monsenhor José Moreno de Santana, nº 142 – Centro, na cidade de Neópolis, Estado de Sergipe, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu Presidente, o Sr. **Luís Fernando Lira Amorim**, e a Empresa **BRUNELLA DE MENEZES SANTANA LTDA**, "ICDAP – INSTITUTO DE CAP. E DESENV.DE AGENTES PÚBLICOS", inscrita no **CNPJ SOB Nº 40.560.279/0001-82**, com endereço na Rua Guilhermino Rezende, nº 321, Bairro Treze de Julho – CEP 49.020-635, Aracaju/Se, representada pelo seu Representante Legal, a Sra. **Brunella de Menezes Santana**, doravante denominado **CONTRATADA**, tem justo e acordado entre si o presente Contrato de Prestação de Serviços, acordo com as disposições regulamentares contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 55, inciso I, da Lei nº 8.666/93).

O presente Contrato tem por objeto a realização de 10 (dez) inscrições de servidores desta Casa Legislativa no Curso, com o tema "**CURSO REGIONAL DE AGENTES PÚBLICOS**", no período de 01 a 04 de dezembro de 2023, na cidade de Maceió/Al, de acordo com as especificações constantes da Inexigibilidade de Licitação e seus anexos, e panfletos do evento, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, de acordo com o art. 55, XI da Lei nº 8.666/93, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO (art. 55, inciso II, da Lei nº 8.666/93).



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE NEÓPOLIS**

Os serviços serão executados de acordo com as necessidades da Câmara Municipal de Neópolis, visando à perfeita execução dos serviços objeto deste Contrato, sob a forma de execução indireta mediante empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93).

O valor da taxa de inscrição será de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por pessoa, perfazendo o presente Contrato um valor total estimado de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

§1º - O pagamento será efetuado após a liquidação da despesa, no prazo de até 15 (quinze) dias, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pelo setor responsável pelo recebimento da Prestação de Serviços.

§2º - Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, prova de regularidade perante o FGTS – CRF, além da CNDT.

§3º - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§4º - Não Haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§5º - Os preços serão fixos e irrevogáveis, durante o período contratado.

§6º - No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no *caput* desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE.

§7º - Nestes preços estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram da execução deste Contrato, inclusive custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, administração, tributos, emolumentos e contribuições de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93).

Este contrato tem vigência a partir da data da sua assinatura pelo prazo de 30 (trinta) dias, sendo sua execução realizada no período de 01 a 04 de dezembro de 2023, em Maceió/AL.



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE NEÓPOLIS**

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93).

Os serviços deverão ser executados no período de vigência do contrato, nos locais que se fizerem necessários, e o seu recebimento dar-se-á de acordo com o disposto no art. 73, I, a e b, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 55, inciso V, da Lei nº 8.666/93).

As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no orçamento da Câmara Municipal de Neópolis, conforme classificação orçamentária detalhada abaixo:

- UO: 1001 – Câmara Municipal
- Dotação: 01.031.0008.2001 – Manutenção dos Serviços da Câmara
- Classificação de Despesa: 3390.39.00.00 – Outros Serv. de Terceiros – P. Jurídica
- Fonte de Recurso: 15000000

CLÁUSULA SÉTIMA – DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, inciso VII e XIII, da Lei nº 8.666/93).

O Contratado, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- Prestar os serviços profissionais constantes da clausula primeira deste instrumento e na forma exigida para sua execução.
- Poderá o CONTRATADO, no caso de necessidade ou impedimentos, e visando dar cumprimento a prática dos atos inerentes ao objeto deste Contrato, proceder ao substabelecimento, a quem julgar conveniente, dos poderes que lhe forem outorgados pela CONTRATANTE e que digam respeito ao presente instrumento.
- Manter, durante toda a execução do contrato, as obrigações inicialmente pactuadas.

A Contratante, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- Através do seu representante legal, a CONTRATANTE compromete-se a fornecer em tempo hábil ao CONTRATADO todas as informações e documentos necessários ao fiel desempenho do presente Contrato.
- Havendo Incidência de custas e demais despesas judiciais e/ou extrajudiciais, essas ocorrerão por conta exclusiva da CONTRATANTE, que será única responsável pelas consequências do não pagamento das mesmas nas épocas devidas.

§3º - Na ocorrência da rescisão prevista no "caput" desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre o Contratante em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no §2º do artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

§2º - No caso de rescisão do Contrato, o Contratante fica obrigado a comunicar tal decisão a Contratada, por escrito, no mínimo com 30 (trinta) dias de antecedência.

§1º - O presente Contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a Juízo do Contratante, sem que caiba à Contratada qualquer ação ou interposição judicial.

Independentemente de notificações ou interposições judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78 na forma do artigo 79 da Lei nº 8.666/93.

8.666/93).

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO (art. 55, inciso VIII, da Lei nº

V – declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

IV – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Contratante, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

III – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo;

II – multa de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, em decorrência de atraso injustificado no fornecimento;

I – advertência;

Pelo atraso injustificado na execução do Contrato, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, a Contratante poderá aplicar ao Contratado as seguintes sanções, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, garantida a prévia defesa:

da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 55, inciso VII,

• Se as questões exigirem serviços fora do Estado, correrão sempre por conta da contratante, quando necessário, as despesas de transporte, estadia e alimentação do CONTRATADO.

**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE NEÓPOLIS**



§2º - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, de acordo com o art. 65, §2º, II da Lei nº 8.666/93.

§1º - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 65, §1º da Lei nº 8.666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, desde que devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES (Art. 65, Lei nº 8.666/93).

Parágrafo Único – Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

IV – supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado;

III – nos preceitos do Direito Público;

II – nas demais determinações da Lei nº 8.666/93;

I – nos termos da Inexigibilidade de Licitação que, simultaneamente:

- Constam do Processo Administrativo que a originou;
- Não contrariem o interesse público.

O presente Contrato fundamenta-se:

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93).

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couberem, as medidas previstas no artigo 80 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (Art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93).

**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE NEÓPOLIS**





PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE NEÓPOLIS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO (Art. 67, Lei nº 8.666/93).

Na forma do que dispõe o artigo 67 da Lei nº 8.666/93, ficará designado servidor nomeado em Portaria específica apensa a este instrumento contratual, para acompanhar e fiscalizar execução do presente Contrato.

§1º - À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Contrato com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

§2º - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Cidade de Neópolis, Estado de Sergipe, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, na presença de 02 (duas) testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.

Neópolis (SE), 29 de dezembro de 2023.

Luis Fernando Lima Amorim
Luis Fernando Lima Amorim
Presidente da Câmara
CONTRATANTE

Documento assinado digitalmente
BRUNELLA DE MENEZES SANTANA
Data: 29/12/2023 10:19:31-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

gov.br

Brunella de Menezes Santana
ICDAP - INSTITUTO DE CAP.E DESENV.DE AGENTES PÚBLICOS
Sócia Administradora
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

I- *Jenice Silva dos Santos*
CPF: 1480866-905-63

II- *Jose Silveira*
CPF: 574.668.585-20



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE NEÓPOLIS

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO nº:	20/2023
PROCESSO nº:	Inexigibilidade nr. 11/2023.
OBJETO:	Inscrição em Curso " CURSO REGIONAL DE AGENTES PÚBLICOS ".
CONTRATADA:	BRUNELLA DE MENEZES SANTANA LTDA , "ICDAP - INSTITUTO DE CAP. E DESENV.DE AGENTES PÚBLICOS
VALOR DO CONTRATO:	Total de R\$ 8.000,00 (oito mil reais). Sendo R\$ 800,00 (oitocentos reais) por participante.
VIGÊNCIA:	01 a 04 de dezembro de 2023 (04 dias)
FONTE DE RECURSOS - UO - PROJ/ATIV - ELEM. DESP.	15000000_1_2001_33.90.39.02 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
Nr. DO EMPENHO:	____/2023

Neópolis (SE), 29 de novembro de 2023.


Vereador Luís Fernando Lira Amorim
Presidente

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico ter publicado nesta data, através de afixação em local visível nesta Câmara Municipal, para conhecimento da comunidade interessada, cópia do presente Aviso.

Neópolis (SE), 29/11/2023.


Victor Martins de Menezes
Diretor do Deptº Financeiro e Administrativo